



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

COMUNICADO Nº 28/2013

O Desembargador Presidente da Comissão do XXVII Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho da 15ª Região convoca os candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Edifício-Sede deste E. Regional, na Rua Barão de Jaguará, 901, 3º andar, Campinas-SP, para o **sorteio de pontos e realização Prova Oral**, nas datas e horários abaixo especificados:

Candidatos	Dia do sorteio de pontos	Horário	Dia da Prova	Horário
01 a 04	08/09	8h15min	09/09	8h15min
05 a 08	08/09	12h30min	09/09	13h30min
09 a 12	09/09	8h	10/09	8h15min
13 a 16	09/09	13h15min	10/09	13h30min
17 a 20	10/09	8h	11/09	8h15min
21 a 24	10/09	13h15min	11/09	13h30min
25 a 28	11/09	8h	12/09	8h15min
29 a 32	11/09	13h15min	12/09	13h30min
33 a 36	12/09	8h	13/09	8h15min
37 a 40	12/09	13h15min	13/09	13h30min
41 a 44	15/09	8h15min	16/09	8h15min
45 a 48	15/09	12h30min	16/09	13h30min
49 a 52	16/09	8h	17/09	8h15min
53 a 56	16/09	13h15min	17/09	13h30min
57 a 60	17/09	8h	18/09	8h15min
61 a 64	17/09	13h15min	18/09	13h30min



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Comunica aos interessados o programa específico (relação de pontos) para efeito de sorteio da Prova Oral, conforme artigo 65 da resolução nº 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça e item 11 do Edital do Concurso.

Comunica, ainda, os procedimentos a serem observados para realização da Prova Oral.

PROCEDIMENTOS

1. De acordo com as normas constantes do Edital do concurso, a Comissão da Prova Oral elaborou 54 pontos, contendo cada um deles três temas de três matérias diferentes, relativas às doze matérias constantes do edital.
2. Todos os pontos contêm obrigatoriamente um tema das matérias consideradas básicas, a saber: Direito Individual e Coletivo do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Civil.
3. Os dois outros temas de cada ponto dizem respeito às demais matérias constantes do Edital do Concurso, a saber: Direito Civil, Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Previdenciário, Direito de Empresa, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Internacional e Comunitário e Noções Gerais de Direito e Formação Humanística.
4. Todos os Candidatos habilitados para a prova oral deverão proceder ao sorteio de um dos pontos, com 24 horas de antecedência de sua arguição, de acordo com a ordem estabelecida e divulgada com antecedência, pela Comissão de Concurso.
5. Realizado o sorteio do ponto, o Candidato deverá preparar uma breve exposição de cada um dos três temas sorteados, que será apresentada, em até dez minutos, à Comissão da Prova Oral, que indicará, no momento da arguição, qual tema deverá ser apresentado.
6. Após a exposição o Candidato será arguido sobre os três temas constantes do ponto por ele sorteado.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

RELAÇÃO DE PONTOS PARA A PROVA ORAL

PONTO 1

Direito do Trabalho

O empregado doméstico e a constitucionalidade da restrição de seus direitos

Direito Penal

Direito Penal do Trabalho e conceitos provenientes do Direito Penal: dolo; culpa; agravantes e atenuantes;

Direito Civil

Dos Bens

PONTO 2

Direito do Trabalho

Caracterização do emprego e altos empregados;
Relação de trabalho e relação de emprego. Estrutura da relação empregatícia: elementos componentes; natureza jurídica.

Direito Penal

O crime de constrangimento ilegal e sua correlação com as relações de trabalho

Direito Civil

Vigência da lei no tempo e no espaço

PONTO 3

Direito do Trabalho

Alteração subjetiva do empregador, inclusive na Recuperação Judicial de Empresas;

Direito Penal

O crime de violação de correspondência e sua correlação com as relações de trabalho

Direito Civil

Espécie de Contratos

PONTO 4

Direito do Trabalho

Limites do poder fiscalizatório e disciplinar do empregador;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Direito Penal

Condutas criminosas com relação à anotação da carteira de trabalho e previdência social

Direito Civil

Pessoas naturais

PONTO 5

Direito do Trabalho

Discriminação no contrato de trabalho e proteção ao trabalho da mulher

Direito Penal

Crimes contra a honra: calúnia, injúria e difamação e conseqüências, quando praticados nas relações de trabalho

Direito Civil

Adimplemento e inadimplemento das obrigações

PONTO 6

Direito do Trabalho

Teoria das nulidades e contrato de trabalho formado com entes da administração direta e indireta sem o requisito do concurso público;

Direito Penal

O crime de abuso de autoridade

Direito Civil

Pessoas jurídicas

PONTO 7

Direito do Trabalho

Teoria das nulidades e contrato de trabalho para desenvolvimento de atividade contravencional;

Direito Penal

Os crimes de divulgação de segredo e violação de segredo profissional e as relações de trabalho

Direito Previdenciário

Ministério da Previdência Social: Órgãos e Atribuições



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PONTO 8

Direito do Trabalho

Terceirização (lícita e ilícita) e responsabilidades dos partícipes;

Direito Civil

Negócio jurídico

Direito Previdenciário

Natureza jurídica do contrato de previdência da Emenda nº 20 de 1988 da Constituição Federal

PONTO 9

Direito do Trabalho

Modalidades de salário e remuneração e composição de títulos não salariais;

Direito Penal

Os crimes de redução a condição análoga à de escravo, cárcere privado e ameaça;

Direito Previdenciário

Principais idéias do “Plano Beveridge”

PONTO 10

Direito do Trabalho

Prescrição e decadência no Direito do Trabalho;

Direito Civil

Atos jurídicos

Direito Previdenciário

Sistemas de financiamentos do benefícios

PONTO 11

Direito do Trabalho

A renúncia de direitos trabalhistas;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Direito Penal

A apropriação indébita; a apropriação indébita previdenciária e a sonegação de contribuição previdenciária. A obrigação do magistrado, quando as encontrar provadas

Direito Internacional

O princípio da territorialidade, suas peculiaridade e diferenças das diretrizes do tratado de Roma de 2007

PONTO 12

Direito do Trabalho

Transferências internacionais e direitos dos trabalhadores;

Direito Civil

Prescrição e decadência

Direito Internacional

O trabalhador brasileiro quando transferido para o estrangeiro continua com o direito de recolhimento dos depósitos do Fundo de Garantia do tempo de Serviço ?

PONTO 13

Direito do Trabalho

Dissociação de categorias profissionais e categorias profissionais diferenciadas;

Direito Penal

Fraude à execução como fato típico penal e fraude processual

Direito Administrativo

Atos Administrativos

Vícios do ato administrativo. Atos administrativos nulos e anuláveis. Teoria dos motivos determinantes.

PONTO 14

Direito do Trabalho

Condutas anti-sindicais. Espécies e conseqüências;

Direito Civil

Contratos em geral

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

O juiz no ordenamento jurídico contemporâneo: idéias sobre o papel do juiz.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PONTO 15

Direito do Trabalho

Poder normativo da Justiça do Trabalho e comum acordo no dissídio coletivo;
Direitos e interesses difusos na Justiça do Trabalho. Conceituação e Aspectos práticos;

Direito Penal

Condutas criminosas em relação à anotação da carteira de trabalho e previdência social

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

O juiz e a emoção.

O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.

PONTO 16

Direito do Trabalho

Plano de Participação nos Lucros e/ou Resultados. Espécies e respectivas naturezas jurídicas. A importância do tempo no PPLR;

Direito Civil

Modalidades das obrigações

Direito Comunitário

Carta Comunitária de Direitos Sociais (1989): principal temática.

PONTO 17

Direito do Trabalho

Trabalho rural: empregador, empregado e trabalhador rural. Normas de proteção ao trabalhador rural.

Direito Penal

Os crimes de falsificação de documentos, uso de documento falso e supressão, extravio, sonegação ou inutilização de documentos

Direito Previdenciário

Indenização acidentária e indenização civil constitucional: aspectos comuns e aspectos diferentes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PONTO 18

Direito do Trabalho

Conflitos coletivos de trabalho e mecanismos de solução e jurisdição. Medidas judiciais no curso de greve: dissídio coletivo. Fixação de contingente mínimo de trabalhadores. Interdito proibitório

Direito Civil

Responsabilidade civil

Direito Previdenciário

Acidentes de Trabalho, caracterização e reflexos do contrato Individual de Trabalho.

PONTO 19

Direito do Trabalho

Segurança e higiene do trabalho. Labor em circunstâncias agressoras da saúde e segurança do empregado. Periculosidade e insalubridade. Trabalho da criança, do menor e da mulher. A discriminação no contrato de trabalho. Trabalho noturno.

Direito da Criança e do Adolescente

Criança e adolescente. Idades. As proibições ao trabalho do menor e os efeitos da contratação do menor para o trabalho em serviços insalubres, perigosos, proibidos

Direito Previdenciário

Normas previdenciárias da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1948.

PONTO 20

Direito Processual do Trabalho

Competência da Justiça do Trabalho

Direito Previdenciário

Princípios fundamentais da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988

Direito Internacional

A convenção nº 158 DA OIT.

PONTO 21

Direito Processual do Trabalho

Petição Inicial e Contestação

Tutela antecipatória de mérito e tutelas cautelares no Direito Processual do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Direito Internacional

Direito Internacional, Direito da União Européia e Direito Comunitário: Semelhanças e Diferenças.

Direito da Criança e do Adolescente

Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. Deveres da família, da sociedade e do Estado para com a criança e o adolescente e seus reflexos no trabalho.

PONTO 22

Direito Processual do Trabalho

Provas no Processo do Trabalho

Direito da Criança e do Adolescente

Contrato de aprendizagem: requisitos de validade, cotas de aprendizes, formação profissional, idades limites, duração do trabalho e portadores de deficiência

Direito Previdenciário

O acordo multilateral de seguridade social do Mercosul.

PONTO 23

Direito Processual do Trabalho

Despacho, Decisão interlocutória e Sentença

Direito Previdenciário

Bases do Plano de Custeio da previdência

Direito Internacional

A convenção nº 87 da OIT.

PONTO 24

Direito Processual do Trabalho

Recurso Trabalhista

Direito Internacional

Aplicabilidade das convenções da OIT no Brasil: Procedimento e competência para ratificação

Direito Previdenciário

Seguridade complementar e suas conexões com contrato individual de trabalho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PONTO 25

Direito do Trabalho

Duração do trabalho. Fundamentos e objetivos. Jornada de trabalho e horário de trabalho. Trabalho extraordinário. Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas. Banco de horas. Horas *in itinere*. Empregados excluídos do direito às horas extras. Art. 62 da CLT. Jornadas especiais de trabalho. Bancário. Função de confiança. Trabalho em regime de revezamento e em regime de tempo parcial.

Direito Previdenciário

Beneficiários da Previdência Social: o empregado e o seu regime jurídico previdenciário

Direito Internacional

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).

PONTO 26

Direito do Trabalho

Repousos. Repousos intrajornada e interjornada. Repouso semanal e em feriados. Remuneração simples e dobrada. Descanso anual: férias.

Direito Previdenciário

Beneficiários da Previdência Social: o autônomo e o seu regime jurídico.

Direito da Criança e do Adolescente

Estágio: Caracterização do contrato, requisitos de validade, direitos do estagiário, limitação no tempo e das jornadas;

PONTO 27

Direito do Trabalho

Cessação do contrato de emprego: causas e classificação. Rescisão unilateral: despedida do empregado. Natureza jurídica da despedida. Limites. Rescisão unilateral: demissão do empregado. Aposentadoria. Força maior. *Factum principis* Morte. Resolução por inadimplemento das obrigações do contrato. Despedida indireta. Falta grave. Justa causa. Princípios. Espécies. Aviso prévio. Multa do art. 477 da CLT.

Direito Previdenciário

Benefícios da Previdência Social: quanto ao segurado.

Direito Internacional

Atos constitutivos do Mercosul



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PONTO 28

Direito Processual do Trabalho

Liquidação de Sentença

Direito Internacional

Diferença entre trabalhador expatriado, fronteiriço, imigrante e transferido.

Direito da Criança e do Adolescente

O trabalho educativo. Conceito, requisitos, direitos dele decorrentes.

PONTO 29

Direito Processual do Trabalho

Execução de sentença

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

O juiz no ordenamento jurídico contemporâneo: idéias sobre o papel do juiz.
Código de Ética da Magistratura Nacional.

Direito Internacional

Tipos de convenções coletivas da OIT quanto à aplicabilidade.

PONTO 30

Direito Processual do Trabalho

Dissídio Coletivo

Direito Previdenciário

Benefícios da Previdência Social: quanto ao dependente.

Direito Internacional

Competência para denúncia de convenções da OIT, segundo o ordenamento jurídico brasileiro

PONTO 31

Direito Constitucional

Poder Constituinte

Direito Empresarial

Direito Empresarial e coligações societárias



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Direito Comunitário

Diferença entre Direito Comunitário, Direito da União Européia e Direito Internacional

PONTO 32

Direito Constitucional

Direitos e garantias fundamentais

Direito Empresarial

Direito Empresarial e responsabilidade dos sócios e dos débitos trabalhistas da empresa

Direito Comunitário

Bases institucionais do Direito Comunitário Europeu: Tratados.

PONTO 33

Direito Constitucional

Tutela Constitucional das Liberdades

Direito Empresarial

Direito Empresarial: conceito de Empresa

Direito Comunitário

Aspectos trabalhistas do Tratado de Maastricht revisado pelo Tratado de Amsterdã (1997) e pelo Tratado de Nice (2001)

PONTO 34

Direito Constitucional

Poder Judiciário e Ministério Público

Direito Empresarial

Grupo de empresas no direito brasileiro.

Direito Comunitário

O tratado de Lisboa.

PONTO 35

Direito Constitucional

Organização do Estado



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Direito Empresarial

Caracterização do grupo de empresas.

Direito Comunitário

Órgãos que integram a estrutura da União Europeia e do ordenamento comunitário europeu

PONTO 36

Direito Constitucional

Administração Pública

Direito Empresarial

Grupos societários e grupos empresariais: identificação ou separação.

Direito Comunitário

Funções do Tribunal de Justiça da União Europeia.

PONTO 37

Direito Constitucional

Organização dos Poderes

Direito Empresarial

O Código Civil Brasileiro e o empresário

Direito do Trabalho

Estabilidade e garantias provisórias de emprego: conceito, caracterização e distinções. Formas de estabilidade. Teoria da nulidade da despedida arbitrária. Renúncia à estabilidade. Homologação. Despedida de empregado estável. Efeitos da dispensa arbitrária ou sem justa causa: readmissão e reintegração. Indenizações rescisórias. Despedida obstativa.

PONTO 38

Direito Constitucional

Direitos Sociais

Direito Empresarial

O Código Civil Brasileiro e os tipos societários.

Direito Comunitário

Direito Primário e Direito Derivado no sentido do Direito Comunitário.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PONTO 39

Direito Constitucional

Processo Legislativo

Direito Empresarial

Sucessão de empresas

Direito Comunitário

É possível falar em Direito Constitucional da União Européia?

PONTO 40

Direito Constitucional

Controle de Constitucionalidade

Direito Empresarial

Repercussões da Lei de Recuperação de Empresas na sucessão de empresas.

Direito Comunitário

O Direito do Trabalho na Comunidade Européia: direitos Coletivos

PONTO 41

Direito Constitucional

Ordem Econômica e Financeira

Direito Empresarial

Empresas: falência e direitos do trabalhador.

Direito Comunitário

O Direito do Trabalho na Comunidade Européia: direitos Individuais

PONTO 42

Direito Constitucional

Ordem Social

Direito Empresarial

Formas de coligações do Código Civil Brasileiro

Direito Comunitário

Diferença entre Regulamentos e Diretivas da União Européia e do Direito Comunitário



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PONTO 43

Direito Processual Civil

Jurisdição e competência. Conceitos. Limites e causas de modificação da competência.

Direito Administrativo

Administração Pública e Governo

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Direito e Justiça: conceitos

PONTO 44

Direito Processual Civil

Legitimação ordinária e legitimação extraordinária: substituição processual e suas hipóteses

Direito Administrativo

Serviços Públicos

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Conceito de ordenamento Jurídico

PONTO 45

Direito Processual Civil

O Ministério Público e sua atuação no processo

Direito Administrativo

Poder de Polícia

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Conceito de norma jurídica

PONTO 46

Direito Processual Civil

Provas. Sistema de presunções e distribuição de ônus da prova;

Direito Administrativo

Estado e a propriedade privada



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Tipos de normas jurídicas trabalhistas: constitucionalismo social

PONTO 47

Direito Processual Civil

Antecipação de tutela jurisdicional e obrigações de fazer ou não fazer. Requisitos da concessão. Efeitos

Direito Administrativo

Administração Indireta e descentralização

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

A lei e o problema da sua inderrogabilidade.

PONTO 48

Direito Processual Civil

Motivos de extinção dos feitos sem resolução do mérito

Direito Administrativo

Entidades Paraestatais e Terceiro Setor

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Diferença entre leis de ordem pública e leis ordem pública social.

PONTO 49

Direito Processual Civil

Defeitos e efeitos da sentença.

Direito Administrativo

Servidores Públicos

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Os princípios no direito e sua aplicação no direito do trabalho

PONTO 50

Direito Processual Civil

Preclusão e coisa julgada. Caracterização, limites e efeitos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Direito Administrativo

Processo Administrativo

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

O princípio da proporcionalidade

PONTO 51

Direito Processual Civil

Embargos declaratórios e suas decorrências.

Direito Administrativo

Bens Públicos

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

O princípio da valorização da dignidade do ser humano

PONTO 52

Direito Processual Civil

O sistema de recursos no processo civil e recentes modificações. Recurso Extraordinário. Hipóteses de cabimento. Efeitos.

Direito Administrativo

Improbidade Administrativa

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

A hermenêutica jurídica e o direito do trabalho.

PONTO 53

Direito Processual Civil

Liquidação de sentença. Modalidades e métodos

Direito Administrativo

O Poder de Polícia e seus meios de atuação

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

A interpretação do direito e as escolas interpretativas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PONTO 54

Direito Processual Civil

Execução. Responsabilidade patrimonial. Desconsideração da personalidade jurídica da empresa constante do título executivo.

Direito Administrativo

Os regimes público e privado na administração pública

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

O psicologismo jurídico

Campinas, 28 de agosto de 2013.

(a) **FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER**

Desembargador Presidente
da Comissão do XXVII Concurso